

Banco Volvo (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas do
Conglomerado Prudencial Referentes ao
Semestre Findo e Exercício findos em
31 de Dezembro de 2020 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO PRUDENCIAL

Aos Administradores do
Banco Volvo (Brasil) S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. ("Banco Volvo") e de sua controlada, que compreendem o balanço patrimonial consolidado do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Essas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial foram elaboradas de acordo com os procedimentos específicos estabelecidos pela Resolução nº 4.280, de 31 de outubro de 2013, do Conselho Monetário Nacional - CMN e pelas regulamentações complementares do Banco Central do Brasil - BACEN, descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo (Brasil) S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as disposições para elaboração de demonstrações financeiras do Conglomerado Prudencial previstas na Resolução nº 4.280/13 do CMN e nas regulamentações complementares do BACEN, para elaboração dessas demonstrações financeiras consolidadas de propósito especial, conforme descrito na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial". Somos independentes em relação ao Banco Volvo e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial, que divulga que as demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco Volvo foram elaboradas pela sua Administração para cumprir os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN. Conseqüentemente, nosso relatório sobre essas demonstrações contábeis consolidadas do Conglomerado Prudencial do Banco foi elaborado exclusivamente para cumprimento desses requisitos específicos e, dessa forma, pode não ser adequado para outros fins.

Outros assuntos

Demonstrações financeiras individuais

O Banco elaborou um conjunto de demonstrações financeiras individuais para fins gerais referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, sobre as quais emitimos relatório de auditoria, sem modificações, datado de 19 de março de 2021.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial e o relatório do auditor

A Administração do Banco Volvo é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial de acordo com a Resolução CMN nº 4.280/13 e as regulamentações complementares do BACEN, cujos principais critérios e práticas contábeis estão descritos na nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco Volvo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco Volvo e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco Volvo e de sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, preparadas pela Administração de acordo com os requisitos da Resolução CMN nº 4.280/13 e das regulamentações complementares do BACEN, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial.

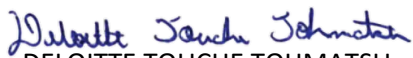
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, levando em consideração a NBC TA 800 (Condições Especiais - Auditoria de Demonstrações Contábeis de acordo com Estruturas Conceituais de Contabilidade para Propósitos Especiais), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco Volvo e de sua controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco Volvo e de sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco Volvo e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 31 de março de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" PR


João Paulo Stelfeld Passos
Contador
CRC nº 1 PR 053072/O-7

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	(Reapresentado)		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	(Reapresentado)	
		31/12/2020	31/12/2019			31/12/2020	31/12/2019
DISPONIBILIDADES	3	11.870	37.642	PASSIVOS FINANCEIROS		4.716.845	3.917.039
ATIVOS FINANCEIROS		6.097.756	5.060.858	Depósitos a prazo	9	12.989	3.056
Aplicações em depósitos interfinanceiros	3	149.250	100.171	Depósitos interfinanceiros	9	303.858	-
Títulos e valores mobiliários	4	71.242	32.782	Obrigações por emissão de letras financeiras	9	140.641	-
Operações de crédito	5	5.867.071	4.916.435	Empréstimos no exterior	10	1.990.373	2.080.093
Operações de arrendamento mercantil	5	9.994	9.730	FINAME	11	2.268.984	1.833.890
Operações de arrendamento operacional a receber		199	1.740	OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	12 a)	75.747	35.095
PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO		(132.098)	(95.572)	Correntes		62.562	5.104
Operações de crédito	5	(132.011)	(95.469)	Outros impostos e contribuições a recolher		10.732	14.190
Operações de arrendamento mercantil	5	(87)	(103)	Diferidas		2.453	15.801
ATIVOS FISCAIS		103.576	83.412	PROVISÕES	12 b)	34.810	34.877
Correntes		7.668	12.158	Provisões para riscos cíveis e trabalhistas		24.592	24.802
Diferidos	14 b)	95.908	71.254	Provisão para riscos fiscais		10.218	10.075
OUTROS ATIVOS	6	44.858	39.754	DIVERSOS	12 d)	105.770	78.140
INVESTIMENTOS		19.735	9.383	OUTROS PASSIVOS	13	8.711	10.414
Participações em controladas - no País	7	11.734	1.659	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.222.652	1.112.066
Outros investimentos		8.001	7.724	Capital - domiciliados no exterior	15	857.627	827.877
IMOBILIZADO DE USO		402	286	Reserva de capital		73	73
Outras imobilizações de uso		1.688	1.141	Reservas de lucros		364.952	284.116
Depreciações acumuladas		(1.286)	(855)				
IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO	8	13.479	45.464				
Bens arrendados		15.120	74.414				
Depreciações acumuladas		(1.641)	(28.950)				
DIFERIDO		-	251				
Perdas em arrendamento a amortizar e outros		-	547				
Amortizações acumuladas		-	(296)				
INTANGÍVEL		4.957	6.153				
Ativos intangíveis		8.838	8.477				
Amortizações acumuladas		(3.881)	(2.324)				
TOTAL DO ATIVO		6.164.535	5.187.631	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.164.535	5.187.631

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas explicativas	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019 (Reapresentado)
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		306.724	592.338	502.092
Operações de crédito		300.881	573.789	466.475
Operações de arrendamento mercantil		1.874	9.970	30.399
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		3.969	8.579	5.218
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(155.185)	(302.291)	(233.438)
Operações de captação no mercado		(7.311)	(14.185)	(721)
Operações de empréstimos e repasses		(147.015)	(280.608)	(212.545)
Operações de arrendamento mercantil		(859)	(7.498)	(20.172)
PROVISÃO PARA PERDA ESPERADA ASSOCIADA A RISCO DE CRÉDITO		(18.326)	(52.570)	(29.147)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		133.213	237.477	239.507
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(50.406)	(61.851)	(49.792)
Receitas de prestação de serviços	17 a)	65.044	119.180	105.905
Despesas de pessoal		(23.734)	(42.076)	(39.660)
Despesas gerais e administrativas	16	(74.324)	(108.109)	(94.506)
Despesas tributárias		(15.529)	(29.217)	(26.381)
Resultado de participações em controladas	7	531	75	(685)
Outras receitas operacionais	17 b)	4.090	8.896	13.183
Outras despesas operacionais	18	(4.973)	(7.665)	(4.880)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	18	(1.511)	(2.935)	(2.768)
RESULTADO OPERACIONAL		82.807	175.626	189.715
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(1.153)	(965)	833
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E DAS PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS		81.654	174.661	190.548
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14 a)	(16.956)	(56.009)	(41.000)
Provisão para imposto de renda		(17.489)	(54.394)	(22.857)
Provisão para contribuição social		(13.651)	(39.618)	(10.783)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		14.184	38.003	(7.360)
PARTICIPAÇÃO DOS EMPREGADOS NO LUCRO		(1.422)	(2.816)	(2.609)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		63.276	115.836	146.939
Lucro líquido por ação - em reais - R\$		0,0080	0,0146	0,0192
Quantidade de ações no final do semestre/exercício	15 a)	7.940.252.054	7.940.252.054	7.665.071.654

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(Em milhares de reais)

	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	63.276	115.836	146.939
Outros resultados abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	<u>63.276</u>	<u>115.836</u>	<u>146.939</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Notas Explicativas	Capital realizado	Aumento de capital	Reserva de capital	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
					Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		776.528	-	73	32.353	165.234	-	974.188
Aprovação de aumento de capital		-	51.349	-	-	-	(60.410)	(9.061)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	146.939	146.939
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros		-	-	-	7.347	79.182	(86.529)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		<u>776.528</u>	<u>51.349</u>	<u>73</u>	<u>39.700</u>	<u>244.416</u>	<u>-</u>	<u>1.112.066</u>
Aprovação de aumento de capital	15 b)	51.349	(51.349)	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	115.836	115.836
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros		-	-	-	5.792	75.044	(80.836)	-
Juros sobre o capital próprio	15 b)	-	29.750	-	-	-	(35.000)	(5.250)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>827.877</u>	<u>29.750</u>	<u>73</u>	<u>45.492</u>	<u>319.460</u>	<u>-</u>	<u>1.222.652</u>
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020		827.877	-	73	42.328	294.348	-	1.164.626
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	63.276	63.276
Destinações do lucro:								
Reserva de lucros		-	-	-	3.164	25.112	(28.276)	-
Juros sobre o capital próprio	15 b)	-	29.750	-	-	-	(35.000)	(5.250)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		<u>827.877</u>	<u>29.750</u>	<u>73</u>	<u>45.492</u>	<u>319.460</u>	<u>-</u>	<u>1.222.652</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. – CONGLOMERADO PRUDENCIAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$)

	Semestre findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2020	Exercício findo em 31/12/2019 (Reapresentado)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.654	174.661	190.548
Ajustes ao lucro líquido antes dos impostos:			
Provisão (reversão) para crédito de liquidação duvidosa	18.326	52.570	29.147
Depreciações e amortizações	1.735	5.421	12.205
Provisão para passivos contingentes e perdas nos grupos de consórcio	1.773	2.935	1.856
Ajuste ao valor de mercado de investimentos	(14)	(277)	(779)
Resultado de participação em controladas	(531)	(75)	685
Participação nos lucros	(1.422)	(2.816)	(2.609)
	<u>101.521</u>	<u>232.419</u>	<u>231.053</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução de títulos e valores mobiliários	(20.843)	(38.460)	25.122
Aumento (redução) em depósitos	(72.080)	313.791	(1.102)
Aumento (redução) em obrigações por emissão de letras financeiras	140.641	140.641	-
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos e repasses	211.099	345.374	1.512.293
(Aumento) redução em Operações de crédito e arrendamento mercantil	(643.465)	(965.403)	(1.644.304)
(Aumento) redução em Ativos fiscais	14.308	4.490	(6.709)
(Aumento) redução Outros ativos	(5.100)	(5.104)	6.225
Aumento (redução) Outras obrigações	17.909	19.443	11.152
Imposto de renda e contribuição social pagos	(20.379)	(36.529)	(30.672)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	<u>(276.389)</u>	<u>10.662</u>	<u>103.058</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisição de investimento/ Aumento de capital em controlada	(10.000)	(10.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso	(194)	(194)	(3)
Aquisição (baixa) de intangível/diferido	73	(167)	(1.069)
Aquisição de imobilizado de arrendamento	(8.479)	(8.479)	(7.472)
Alienação de imobilizado de arrendamento	-	36.735	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>(18.600)</u>	<u>17.895</u>	<u>(8.544)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Juros sobre o capital próprio efetivamente pagos	(5.250)	(5.250)	(9.061)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	<u>(5.250)</u>	<u>(5.250)</u>	<u>(9.061)</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(300.239)</u>	<u>23.307</u>	<u>85.453</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício	461.359	137.813	52.360
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício	161.120	161.120	137.813

As notas explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO (em milhares de reais)

Aos acionistas e clientes:

De acordo com os dispositivos legais e estatutários, apresentamos as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31/12/2020, bem como o parecer do auditor independente.

Patrimônio líquido: O patrimônio líquido do Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial, em 31 de dezembro de 2020, é de R\$1.222.652 (R\$1.112.066 em 31 de dezembro de 2019) e o resultado do exercício foi um lucro líquido de R\$115.836 (R\$146.939 em 31 de dezembro de 2019).

Agradecemos aos acionistas, clientes e funcionários pela colaboração e apoio demonstrado durante o exercício.

Curitiba, 31 de março de 2021.

A DIRETORIA

BANCO VOLVO (BRASIL) S.A. - CONGLOMERADO PRUDENCIAL

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES

FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Volvo (Brasil) S.A. - Conglomerado Prudencial (“Banco Volvo”), controlado pela Volvo Autonomous Solutions AB e Volvo Administradora de Consórcio Ltda. (“Consórcio”), ambos com sede na cidade de Curitiba – PR na Avenida Juscelino Kubitschek de Oliveira, nº 2600, compreendem o Conglomerado Prudencial. Atua, principalmente, em operações de crédito voltadas ao financiamento de veículos da marca Volvo, empréstimos de capital de giro para concessionárias, administração de grupos de consórcio de caminhões, ônibus e equipamentos de construção da marca Volvo e está autorizado pelo Banco Central do Brasil - BACEN a operar sob a forma de banco múltiplo nas carteiras de investimento, crédito, financiamento e arrendamento mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Banco Volvo S.A. Conglomerado Prudencial foram elaboradas de acordo com a Resoluções CMN nº 4.280/2013, CMN nº 4.517/2016 e Circular nº 3.701/2014, que determina as entidades que devem compor o escopo de consolidação desse Conglomerado, restringindo-se às instituições financeiras assemelhadas.

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente (vide nota explicativa nº 2.1.p)).

As demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Prudencial são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Banco Volvo. Exceto quando indicado de outra forma, as informações financeiras quantitativas são apresentadas em milhares de Reais (R\$mil). Em 31 de março de 2021, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, porém nem todos homologados pelo BACEN. Desta forma, o Banco Volvo na elaboração das demonstrações financeiras adotou somente os pronunciamentos aprovados pelo BACEN e vigentes no exercício de 2020.

b) Consolidação

Conforme determinado no artigo 1º, da Resolução nº 4.280/13, do Conselho Monetário Nacional (CMN), as demonstrações financeiras do Banco Volvo S.A. - Conglomerado Prudencial abrangem a consolidação da Volvo Administradora de Consórcio Ltda., localizada no país sobre a qual o Banco detém controle direto. Em consonância com a referida norma, a controlada Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda. não faz parte do escopo dessa consolidação.

Os saldos das contas patrimoniais e de resultado e os valores das transações entre as empresas consolidadas são eliminados.

2.1. Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Em conformidade com o que estabelece o regime de competência, as receitas e as despesas são reconhecidas na apuração do resultado do período a que pertencem e, quando se correlacionam, de forma simultânea, independentemente de recebimento ou pagamento. Apenas a taxa de administração é reconhecida como receita por ocasião de seu efetivo recebimento e as despesas com comissões sobre vendas são apropriadas ao resultado conforme condições de elegibilidade. As operações formalizadas com encargos financeiros pós-fixados são atualizadas pelo critério pro rata dia, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados, e as operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate, retificado por conta de rendas a apropriar ou despesas a apropriar correspondentes ao período futuro. As operações indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço pelo critério de taxas correntes.

b) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda - IR e contribuição social - CSLL é constituída com base nas alíquotas vigentes, conforme mencionado na nota explicativa nº 14, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por disponibilidades em moeda nacional, dinheiro em caixa e depósitos interfinanceiros de curto prazo, de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, cujo vencimento das operações, na data efetiva da operação, seja igual ou inferior à 90 dias.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 e regulamentação complementar, em 30 de junho de 2002, os títulos e valores mobiliários passaram a ser classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas: títulos para negociação, títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento.

Títulos para Negociação: títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem negociados ativa e frequentemente, ajustados mensalmente pelo valor de mercado. Suas valorizações e desvalorizações são registradas, respectivamente, em contas de receitas e despesas do período;

Títulos Disponíveis para Venda: títulos e valores mobiliários que poderão ser negociados a qualquer tempo, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados mensalmente a valor de mercado e suas valorizações e desvalorizações registradas, líquidas dos efeitos tributários, em conta de Outros Resultados Abrangentes no Patrimônio Líquido.

Títulos Mantidos até o Vencimento: títulos e valores mobiliários que o Banco tem e dispõe de capacidade financeira e intenção para manter até o vencimento. Esses títulos não são ajustados pelo valor de mercado. A capacidade financeira está amparada em projeção de fluxo de caixa que desconsidera a possibilidade de venda desses títulos.

- f) Operações de crédito, arrendamento mercantil financeiro, depósitos a prazo e interfinanceiros e obrigações por empréstimos e repasses

As operações prefixadas foram registradas pelo valor futuro, retificadas pela conta rendas/despesas a apropriar, e as operações pós-fixadas, pelo valor presente, atualizadas "pro rata temporis" até a data do balanço.

- g) Operações de arrendamento mercantil operacional

As operações de arrendamento foram demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais a vencer, as quais são apropriadas ao resultado nas datas de vencimento de cada contraprestação.

- h) Provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização de créditos a receber, leva em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados na carteira.

Em conformidade com a Resolução no. 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional - CMN, a instituição classificou as operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor. A classificação considerou a qualidade do devedor e da operação, incluindo aspectos tais como: fluxo de caixa, situação econômico-financeira do devedor e setor, grau de endividamento, administração, histórico do devedor, garantias, eventuais atrasos, entre outros.

A referida Resolução requer que seja constituída provisão para fazer face aos créditos de liquidação duvidosa equivalente, no mínimo, ao total produzido pela aplicação de percentuais específicos.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas na data de renegociação.

- i) Investimentos

Os investimentos em controladas foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos foram registrados ao valor de justo, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear e considera as seguintes taxas anuais de vida útil: 10% para móveis e equipamentos e 20% para sistema de processamento de dados.

k) Imobilizado de arrendamento

É demonstrado ao custo e reduzido pela depreciação acumulada que, quando aplicável, é calculada de forma acelerada e com redução de 30% da vida útil.

l) Ativo diferido e intangível

Composto, substancialmente, de gastos logísticos demonstrados pelo custo e amortizados pelo método linear à taxa de vida útil de 20% ao ano. De acordo com a Resolução CMN nº 3.617, de 30 de setembro de 2008, os saldos existentes no ativo diferido antes da entrada em vigor desta Resolução podem ser mantidos até a sua efetiva baixa. Novos gastos foram contabilizados no ativo intangível, a partir desta data.

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela será reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Na avaliação da Administração não houve indícios de perda por "impairment" no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

n) Passivos circulante e exigível a longo prazo

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos.

o) Benefícios a empregados

O Banco opera com plano de pensão exclusivo, a cargo da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada. O plano é financiado por pagamentos proporcionais, de acordo com os cálculos atualizados anualmente. O Banco tem apenas plano de contribuição definida.

O Banco faz contribuições para o plano privado, de forma contratual. O Banco não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

p) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis; (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (v) tributos diferidos e; (vi) créditos de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

Considerando que existem alternativas ao tratamento contábil, os resultados divulgados pelo Banco poderiam ser distintos, caso um tratamento diferente fosse escolhido. A Administração considera que as escolhas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

q) Alterações na apresentação das demonstrações financeiras

A Resolução CMN n.º 4.720/2019 e seus normativos complementares alteraram, a partir de janeiro de 2020, os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras até então vigentes. Com base na referida Resolução e na Resolução BCB n.º 2/2020, o Banco realizou mudanças na apresentação do Balanço Patrimonial, atendendo às respectivas Resoluções, apresentando as contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.

Abaixo, destacamos as principais alterações na apresentação das demonstrações financeiras:

Balanço Patrimonial

- Apresentação das contas do ativo e do passivo exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação entre circulante e não circulante está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas.
- Adoção de novas nomenclaturas e grupamentos de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisão para perdas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais e provisão para contingências.

Demonstração do Resultado

- Utilização de novas nomenclaturas de receitas e despesas de intermediação financeira em linha com os grupamentos apresentados no balanço patrimonial.
- Apresentação em destaque das provisões para perdas associadas ao risco de crédito e das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas.

Demonstração do Resultado Abrangente

- Em atendimento ao requerimento da Resolução CMN nº 4.720/2019, a partir de junho de 2020 a Companhia passou a apresentar a Demonstração do Resultado Abrangente.

3. DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES EM DEPÓSITOS INTERFINANCEIROS (CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Disponibilidades	11.870	37.642
Aplicações interfinanceiras de liquidez (i)	<u>149.250</u>	<u>100.171</u>
Total	<u>161.120</u>	<u>137.813</u>

(i) Referem-se à aplicações realizadas pelo Banco em Depósitos Interfinanceiros, remunerados à taxa média de 100% do CDI.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição da carteira

Tipo de aplicação	Remuneração anual média - %	Valor Custo	Valor de mercado	
		31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Certificado de				
Depósito Bancário (CDB)	3,78	53.326	53.326	18.398
Letras do				
Tesouro Nacional (LTN)	5,33	<u>17.916</u>	<u>17.916</u>	<u>14.384</u>
Total		<u>71.242</u>	<u>71.242</u>	<u>32.782</u>

b) Abertura da carteira de títulos e valores mobiliários

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Títulos disponíveis para venda	<u>71.242</u>	<u>32.782</u>

Os títulos disponíveis para venda são representados por aplicações financeiras em títulos públicos federais (LTN) e CDB com remuneração vinculada à variação do Certificado de Depósitos Interfinanceiros (CDI), com os seguintes vencimentos:

	<u>2020 Valor de mercado</u>	<u>2019 Valor de mercado</u>
A vencer em até 12 meses	17.916	14.384
A vencer acima de 12 meses	<u>53.326</u>	<u>18.398</u>
Total	<u>71.242</u>	<u>32.782</u>

5. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Operações de arrendamento a receber

A carteira de arrendamento a receber, demonstrada pelo valor presente, é composta pelos seguintes saldos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Arrendamento financeiro a receber	10.138	9.914
Credores por antecipação de valor residual	<u>(144)</u>	<u>(184)</u>
Total de arrendamento financeiro a receber, pelo valor presente	<u>9.994</u>	<u>9.730</u>

Os valores demonstrados nos quadros a seguir, referentes a arrendamentos a receber, estão demonstrados pelo valor presente das operações.

As operações de arrendamento financeiro têm cláusulas de opção de compra, de taxas de juros prefixadas e de seguros dos bens objetos de arrendamento, em favor do arrendador.

b) Composição da carteira de crédito por tipo de operação

Operações de crédito e arrendamento mercantil

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Finame - repasses	2.276.943	1.839.144
Financiamento prefixado	3.304.581	2.603.041
Empréstimos de capital de giro	170.811	115.179
Financiamentos a concessionárias	114.736	359.071
Arrendamento financeiro (nota explicativa nº 5.a))	9.994	9.730
Total	<u>5.877.065</u>	<u>4.926.165</u>

c) Diversificação da carteira de crédito e arrendamento mercantil por ramo de atividade econômica

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Indústria:		
Química e petroquímica	29.087	19.383
Extração mineral	106.966	102.540
Alimentícia, bebidas e tabaco	120.567	115.231
Madeira e móveis	56.376	33.210
Construção e imobiliário	48.626	33.917
Outros	<u>24.187</u>	<u>21.314</u>
	<u>385.809</u>	<u>325.595</u>
Comércio	656.735	847.186
Serviços:		
Transporte rodoviário (mercadorias e passageiros)	4.139.586	3.218.285
Construção civil	237.529	165.679
Agricultura, avicultura e agropecuária	70.596	64.782
Outros	<u>218.584</u>	<u>191.438</u>
	<u>4.666.295</u>	<u>3.640.184</u>

	2020	2019
Pessoa física	168.226	113.200
Total da carteira	<u>5.877.065</u>	<u>4.926.165</u>

d) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por níveis de risco

Níveis de risco	2020			Total	2019	Total
	Créditos em dia	Créditos com atraso inferior a 15 dias	Créditos com atraso igual ou superior a 15 dias			
AA	1.140.466	-	-	1.140.466	690.359	
A	1.850.165	315	30	1.850.510	1.679.700	
B	1.883.383	760	1.186	1.885.329	1.627.909	
C	748.080	703	2.223	751.006	787.142	
D	120.528	215	2.988	123.731	89.172	
E	70.739	27	749	71.515	9.940	
F	9.100	95	1.659	10.854	1.358	
G	3.044	49	1.679	4.772	19.611	
H	30.980	117	7.785	38.882	20.974	
Total	<u>5.856.485</u>	<u>2.281</u>	<u>18.299</u>	<u>5.877.065</u>	<u>4.926.165</u>	

e) Composição da carteira de operações de crédito e arrendamento mercantil, e correspondente provisão para riscos de crédito, nos níveis de riscos estabelecidos pelo BACEN

Níveis de risco	Saldos em 30/06/2020	Percentual de provisionamento por nível de risco	Provisão para créditos de liquidação duvidosa
AA	1.140.466	0%	-
A	1.850.510	0,50%	9.253
B	1.885.329	1,00%	18.853
C	751.006	3,00%	22.515
D	123.731	10,00%	12.373
E	71.515	30,00%	21.455
F	10.854	50,00%	5.427
G	4.772	70,00%	3.340
H	38.882	100,00%	38.882
Total	<u>5.877.065</u>		<u>132.098</u>

<u>Níveis de risco</u>	<u>Saldos em 31/12/2019</u>	<u>Percentual de provisionamento por nível de risco</u>	<u>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</u>
AA	690.359	0%	-
A	1.679.700	0,50%	8.399
B	1.627.909	1,00%	16.279
C	787.142	3,00%	23.614
D	89.172	10,00%	8.917
E	9.940	30,00%	2.982
F	1.358	50,00%	679
G	19.611	70,00%	13.728
H	20.974	100,00%	20.974
Total	<u>4.926.165</u>		<u>95.572</u>

f) Composição da carteira de crédito e arrendamento mercantil por faixa de vencimento das operações

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Parcelas vencidas acima de 15 dias	18.299	15.405
Parcelas vencidas há menos de 15 dias	2.281	3.212
A vencer:		
Até 90 dias	588.414	646.667
De 91 a 360 dias	1.560.241	1.328.539
Acima de 360 dias	<u>3.707.830</u>	<u>2.932.342</u>
Total	<u>5.877.065</u>	<u>4.926.165</u>

g) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2019</u>
Saldo no início do semestre/exercício	120.286	95.572	85.957
Constituição (reversão) de provisão	18.326	52.570	29.147
Baixa de créditos incobráveis	<u>(6.514)</u>	<u>(16.044)</u>	<u>(19.532)</u>
Saldo no fim do semestre/exercício	<u>132.098</u>	<u>132.098</u>	<u>95.572</u>
Recuperação de créditos baixados	<u>14.730</u>	<u>23.585</u>	<u>25.349</u>

h) Operações de crédito renegociadas

O montante de operações de crédito renegociadas do Banco Volvo durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$2.475.369 decorrente da epidemia do Coronavírus (Covid-19), dos quais R\$1.191.872 referentes ao programa de "Refin BNDES" e R\$1.283.497 referente a operações de CDC. Em 2019, ante aos efeitos do COVID, o montante de operações renegociadas foi de R\$29.646.

6. OUTROS ATIVOS

	2020	2019 (Reapresentado)
Circulante		
Valores a receber ligadas	720	2.251
Bens não de uso próprio	2.285	1.935
Outros créditos	6.944	4.104
	<u>9.949</u>	<u>8.290</u>
Realizável a longo prazo:		
Valores pendentes de recebimento (i)	23.511	19.814
Depósitos judiciais	11.398	11.650
	<u>34.909</u>	<u>31.464</u>
Total	<u>44.858</u>	<u>39.754</u>

(i) Refere-se a recursos ainda pendentes de recebimento dos Grupos de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo.

7. INVESTIMENTOS

a) Demonstração dos investimentos

	Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.
Quotas possuídas	10.009.999
Participação no capital social e votante	99,99%
Patrimônio líquido	11.734
Prejuízo do exercício	75
Saldo contábil do investimento	11.734
Equivalência patrimonial do exercício	75

b) Movimentação dos investimentos

	Volvo Corretora de Seguros, Administração e Serviços (Brasil) Ltda.
Saldos em 31 de dezembro de 2018	2.344
Ajuste de equivalência patrimonial	(685)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>1.659</u>
Aumento de capital	10.000
Ajuste de equivalência patrimonial	75
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>11.734</u>

8. IMOBILIZADO DE ARRENDAMENTO

O imobilizado de arrendamento é composto como segue:

Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	2020		
		Custo	Depreciação	Total
Veículos	35,3%	15.120	(1.641)	13.479
Total		<u>15.120</u>	<u>(1.641)</u>	<u>13.479</u>

Bens arrendados	Taxa média anual de depreciação	2019 (Reapresentado)		
		Custo	Depreciação	Total
Veículos	35,3%	74.414	(28.950)	45.464
Total		<u>74.414</u>	<u>(28.950)</u>	<u>45.464</u>

9. DEPÓSITOS E OBRIGAÇÃO POR EMISSÃO DE LETRAS FINANCEIRAS

Os depósitos e letras financeiras estão indexados ao CDI, com os seguintes vencimentos:

Depósitos a prazo e interfinanceiros	2020	2019
Até 1 ano	1.141	-
De 1 a 3 anos	315.706	3.056
Total	<u>316.847</u>	<u>3.056</u>

Letras financeiras	2020	2019
Até 1 ano	-	-
De 1 a 3 anos	140.641	-
Total	<u>140.641</u>	<u>-</u>

A remuneração é variável entre 94% e 100% do CDI.

10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Captações de recursos no exterior com a Volvo Treasury AB e Swedish Export Credit, sem a existência de risco cambial, indexados em reais e com taxas prefixadas de 7,4% a.a. (2019 - 6,8%).

Em 31 de dezembro, os vencimentos das obrigações por empréstimos são:

	2020	2019
Até 1 ano	714.338	594.280
De 1 a 3 anos	1.276.035	1.485.813
Total	<u>1.990.373</u>	<u>2.080.093</u>

11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES NO PAÍS

Recursos do Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME, sujeitos a encargos contratuais pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, Taxa de Longo Prazo - TLP ou Selic, acrescidas de juros e recursos com taxas prefixadas, variando de 0,8% a 18,9% a.a. (2019 - 0,8% a 19,8%), com os seguintes vencimentos:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Até 1 ano	762.953	720.167
De 1 a 3 anos	1.070.115	840.680
De 3 a 5 anos	427.488	250.901
De 5 a 15 anos	8.428	22.142
Total	<u>2.268.984</u>	<u>1.833.890</u>

Em parte de sua carteira de repasses, o Banco Volvo conta com garantia do Fundo Garantidor de Investimento - FGI, de natureza privada, administrado pelo BNDES, até o limite máximo de 80% da operação. A carteira coberta pelo fundo é de R\$517.187 (R\$275.699 em 2019) O FGI é um fundo destinado a complementar parte das garantias de um financiamento. Os agentes financeiros que utilizam a garantia do FGI são cotistas do fundo na proporção de 0,5% dos valores que pretendem garantir nas operações.

12. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS, PROVISÕES E OBRIGAÇÕES DIVERSAS

a) Fiscais e previdenciárias

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Circulante		
Provisão para impostos e contribuições sobre lucro	62.562	5.104
Outros impostos e contribuições a recolher	10.732	14.190
	<u>73.294</u>	<u>19.294</u>
Realizável a longo prazo		
Provisão de IR/CS diferido (i)	2.453	15.801
	<u>2.453</u>	<u>15.801</u>
Total	<u>75.747</u>	<u>35.095</u>

- (i) Refere-se à provisão de imposto de renda sobre resultado de superveniência de depreciação dos veículos de arrendamento mercantil, e ajuste da depreciação acelerada dos veículos de arrendamento operacional.

b) Diversas

	2020	2019
Circulante		
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	394	-
	<u>394</u>	<u>-</u>
Realizável a longo prazo		
Provisão para perdas nos grupos de consórcio (i)	-	1.675
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas (ii)	24.198	23.127
Provisão para riscos fiscais (iii)	10.218	10.075
	<u>34.416</u>	<u>34.877</u>
Total	<u>34.810</u>	<u>34.877</u>

- (i) Provisão para perdas para cobrir responsabilidades da Administradora no encerramento de grupos em andamento e valores já aportados em grupos encerrados.
- (ii) As obrigações são de natureza cível, em geral, decorrentes de revisão de contrato e de indenização por danos materiais e morais.
- (iii) O Banco é parte envolvida em processos tributários em andamento, está discutindo essas questões, tanto na esfera administrativa como na judicial. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

Este saldo refere-se às ações fiscais nas quais são discutidas as bases de cálculo de IR e CSLL na vigência do Plano Real.

Perdas possíveis

O Banco Volvo tem ações de natureza tributária, para as quais não há provisão contabilizada, relacionadas a ISS sobre operações de “leasing”, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$25.383 (2019 - R\$25.628).

A Volvo Administradora de Consórcio possui um pedido de compensação (Per/Dcomp) referente ao saldo negativo de IRPJ do ano de 2015, homologado parcialmente, em fase de manifestação de inconformidade, envolvendo risco de perda classificado pela Administração como possível, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$582 mil.

O Banco Volvo também possui ações de natureza cível (revisórias e/ou indenizatórias), para as quais não há provisão contabilizada, envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, no valor de R\$1.266 (2019 - R\$1.158).

c) Movimentação da provisão para perdas e para contingências

	Provisão para perdas nos grupos de consórcios	Provisão para contingências	Total
Saldo no início do exercício	1.675	33.202	34.877
Constituição/ (Reversão) de provisão	(1.180)	4.115	2.935
Utilização de provisão (líquida de recuperações)	(101)	(2.901)	(3.002)
Saldo no final do exercício	<u>394</u>	<u>34.416</u>	<u>34.810</u>

d) Diversos

	2020	2019
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	51.321	30.529
Diversos (i)	<u>54.449</u>	<u>47.611</u>
Total	<u>105.770</u>	<u>78.140</u>

- (i) Refere-se basicamente a recursos ainda pendentes de recebimento dos Grupos de consórcio em cobrança judicial, os quais serão rateados aos grupos quando de seu recebimento efetivo e também a recursos não procurados de grupos de consórcio encerrados.

13. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	281	890
Sociais e estatutárias	1.778	1.702
Resultados de exercícios futuros (i)	<u>6.652</u>	<u>7.822</u>
Total	<u>8.711</u>	<u>10.414</u>

- (i) Referem-se a receitas de juros recebidos, antecipadamente, na liberação de créditos subsidiados pela montadora Volvo do Brasil Veículos Ltda. e concessionárias, as quais são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo contratual das respectivas operações classificadas em "Receitas da intermediação financeira", na rubrica "Operações de Crédito", cujo montante, em 31 de dezembro de 2020, era de R\$5.650 (2019 - R\$6.549), e pelas parcelas do lucro obtido nas operações de cessão de crédito, ocorridas nos exercícios de 2010 a 2014.

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Para a demonstração financeira referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a CSLL foi constituída pela aplicação da alíquota de 20%, decorrente da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019 que elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL das instituições financeiras, sociedades seguradoras e de capitalização de 15% para 20% do lucro tributável, a partir de 1º de março de 2020.

Com relação a Consórcio, a alíquota de IR é de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro real que exceder a R\$240 no exercício e da CSLL de 9%.

a) Imposto de renda (IR) e contribuição social (CSLL)

Descrição	2020		2019	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Resultado antes da tributação	174.661	174.661	190.548	190.548
Equivalência patrimonial	(75)	(75)	685	685
Juros sobre o capital próprio	(35.000)	(35.000)	(60.410)	(60.410)
Adições e exclusões temporárias	77.624	87.459	(25.705)	(23.294)
Participação dos empregados no lucro	(2.816)	(2.816)	(2.609)	(2.609)
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de "leasing"	35.258	35.258	(14.192)	(14.192)
Provisão para devedores duvidosos	35.031	35.031	(12.274)	(12.274)
Outras adições e exclusões temporárias	10.151	19.986	3.370	5.781
Despesas indedutíveis	2.248	2.248	1.093	1.093
Compensação de base negativa de contribuição social e prejuízo fiscal de imposto de renda	-	(170)	(13.007)	(20.139)
Base de cálculo	<u>219.458</u>	<u>229.123</u>	<u>93.204</u>	<u>88.483</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente	(54.394)	(39.618)	(22.857)	(10.783)
Imposto de renda e contribuição social diferido	<u>21.973</u>	<u>16.030</u>	<u>(4.221)</u>	<u>(3.139)</u>
Diferenças temporárias	13.630	11.059	2.594	2.011
Ajuste da depreciação acelerada da carteira de "leasing"	8.343	5.006	(3.563)	(2.138)
Prejuízo fiscal e base negativa da CSLL	-	(35)	(3.252)	(3.012)
Total	<u>(32.421)</u>	<u>(23.588)</u>	<u>(27.078)</u>	<u>(13.922)</u>

b) Tributos diferidos

Para o exercício findo de 31 de dezembro de 2020, o Banco Volvo - Conglomerado Prudencial não possui base negativa de contribuição social (2019 - R\$170) e possui R\$217.718 (2019 - R\$162.586) de diferenças temporárias, sobre os quais foram contabilizados integralmente, créditos tributários ativos, no montante de R\$95.908 (2019 - R\$71.254).

O reconhecimento contábil levou em consideração a realização provável desses tributos a partir de resultados futuros elaborados, com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração elaborou um estudo com expectativas de realização com base na expectativa de rentabilidade futura, conforme segue:

Ano	Diferenças temporárias e prejuízo fiscal
2021	25.135
2022	28.787
2023	30.589
2024	11.397
Total	<u>95.908</u>

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$91.583 (2019 - R\$67.489), de diferenças temporárias.

c) Movimentação no exercício

	<u>Valor líquido dos créditos</u>	<u>Imposto diferido passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2018	72.912	(10.100)
Créditos tributários constituídos / (utilizados)	<u>(1.658)</u>	<u>(5.702)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	71.254	(15.802)
Créditos tributários constituídos / (utilizados)	<u>24.654</u>	<u>13.349</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u><u>95.908</u></u>	<u><u>(2.453)</u></u>

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital

O capital social subscrito e integralizado está representado, em 2020, por 3.970.126.027 ações ordinárias e 3.970.126.027 ações preferenciais (2019 - 3.832.535.827 ações ordinárias e 3.832.535.827 ações preferenciais), todas nominativas sem valor nominal, assim distribuídas entre seus acionistas:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Volvo Autonomous Solutions AB	99,99%	99,99%
Outros	<u>0,01%</u>	<u>0,01%</u>
Total	<u><u>100,00%</u></u>	<u><u>100,00%</u></u>

O Estatuto Social prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com as disposições da legislação societária, após a compensação dos prejuízos acumulados. As ações preferenciais não têm direito a voto, possuem prioridade no reembolso de capital em caso de liquidação do Banco e igualdade de direitos com as ações ordinárias nos demais aspectos.

b) Juros sobre o capital próprio e aumento de capital

Em conformidade com a Lei nº 9.249/95 e Resolução CMN nº 4.885/20, a Administração do Banco Volvo aprovou, em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 31 de dezembro de 2020, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP, imputando-os ao valor do dividendo mínimo obrigatório. Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio de R\$35.000 (2019 - R\$60.410), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito dessas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, portanto, reclassificados para o patrimônio líquido, pelo valor bruto, uma vez que os benefícios fiscais por ele gerados são mantidos no resultado do exercício.

Nessa mesma Assembleia Geral Extraordinária, a acionista controladora decidiu reinvestir os juros sobre o capital próprio no capital social do Banco Volvo, aprovando aumento de capital equivalente ao valor pago dos juros sobre o capital próprio, líquido de IRRF, no montante de R\$29.750 (2019 - R\$51.349), passando o capital social do Banco de R\$827.877 em 31 de dezembro de 2019 para R\$857.627 em 31 de dezembro de 2020, com emissão de 137.590.200 (2019 - 237.702.527) ações ordinárias e de 137.590.200 (2019 - 237.702.527) ações preferenciais, correspondendo a R\$0,10801 (2019 - R\$0,10801) por ação. O aumento de capital social foi aprovado em 25 de março de 2021 pelo Banco Central do Brasil.

16. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2019</u>
Despesas de cobrança jurídica	5.096	8.773	12.012
Despesas com serviços de terceiros	27.291	32.397	20.864
Despesas de comissões e campanhas (i)	30.403	41.540	35.932
Despesas de promoção e relações públicas	605	3.542	4.079
Despesas com viagens e transporte	664	2.151	3.984
Despesas com processamento de dados	3.858	9.108	7.185
Despesas com registro de contratos	1.401	2.562	2.266
Outras despesas administrativas	5.006	8.036	8.184
Total	<u>74.324</u>	<u>108.109</u>	<u>94.506</u>

- (i) As despesas com comissões sobre vendas são apropriadas ao resultado conforme condições de elegibilidade a qual considera o recebimento das parcelas dos consorciados às quais estão vinculadas.

17. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

a) Receita de prestação de serviços

Compostas substancialmente pelas receitas de taxa de administração da Consórcio que, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, montam R\$109.985 (2019 - R\$98.241).

b) Outras receitas operacionais

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2019</u>
Recuperação de despesas	2.776	6.830	8.991
Cessão de crédito	-	1	7
Reversão de provisões operacionais	694	1.180	2.344
Variação monetária ativa	139	356	770
Outras	481	529	1.071
Total	<u>4.090</u>	<u>8.896</u>	<u>13.183</u>

18. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>Semestre findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2020</u>	<u>Exercício findo em 31/12/2019</u>
Despesas de provisões legais e contingências	1.511	2.935	2.768
Despesas com serviços de terceiros	3.875	6.097	2.912
Outras	<u>1.098</u>	<u>1.568</u>	<u>1.968</u>
Total	<u>6.484</u>	<u>10.600</u>	<u>7.648</u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Transações e saldos

As transações realizadas pela instituição com partes relacionadas compreendem captações de depósito a prazo e empréstimos no exterior, contratadas com taxas e condições praticadas com terceiros e despesas administrativas referentes a contrato específico de prestação de serviços.

Os saldos destas operações são demonstrados a seguir:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	<u>Ativos (passivos)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>	<u>Ativos (passivos)</u>	<u>Receitas (despesas)</u>
Receitas:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	42	504	42	504
Outras (Resultado de exercícios futuros) (i)	(6.652)	5.650	7.822	6.549
Depósitos a prazo:				
Volvo Corretora de Seg., Adm. e Serv. Ltda.	(10.035)	(37)	(253)	(66)
Empréstimos no exterior (ii):				
Volvo Treasury AB	(1.990.373)	(133.284)	(2.080.093)	(53.806)
Despesas:				
Volvo Financial Services US LLC	-	(23.800)	-	(9.595)
Volvo do Brasil Veículos Ltda.	(392)	2.026	(1.046)	(3.006)
Volvo Information Technology AB	(344)	(1.438)	(1.779)	(2.086)

(i) Vide nota explicativa nº 13.

(ii) Vide nota explicativa nº 10.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

São considerados como pessoal-chave da Administração os funcionários que fazem parte da diretoria. A remuneração paga ou a pagar a estes funcionários está demonstrada a seguir, e refere-se ao montante pago ou a pagar pelos serviços por eles prestados às empresas do conglomerado Volvo Serviços Financeiros – Brasil:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Salários, honorários e encargos	3.652	4.079
Gratificação	1.248	1.734
Planos de aposentadoria e pensão	159	133
Outros	208	279
Total	<u>5.267</u>	<u>6.225</u>

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o Banco Volvo não negociou com instrumentos financeiros derivativos.

21. RESULTADO RECORRENTE E NÃO RECORRENTE

Conforme definido pela Resolução BCB n.º 2/2020, resultados não recorrentes são aqueles que não estão relacionados ou estão relacionados apenas de forma incidental com as atividades típicas da instituição, e não estão previstos para que ocorram com frequência em exercícios futuros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não foram identificados eventos considerados “itens não recorrentes”.

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O Banco Volvo, Instituição integrante da divisão Volvo Financial Services do Grupo Volvo, gerencia os riscos e incertezas dos seus negócios com base em diretrizes globais e regulamentações locais.

O principal objetivo da gestão de riscos é a identificação e monitoramento de ameaças a que nossos negócios estão sujeitos, principalmente em períodos ou situações desfavoráveis.

Para o Grupo Volvo, gerir riscos é a forma mais eficiente para a manutenção de uma rentabilidade sustentada e positiva.

a.1) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Banco Volvo é realizado por uma estrutura, cuja atuação visa controlar e prevenir a exposição das operações da Instituição aos riscos provenientes do não cumprimento de obrigações contratadas pelo tomador de crédito (inadimplência).

a.2) Risco de mercado e risco de liquidez

A estrutura de risco de mercado e de liquidez do Banco Volvo é responsável pelo controle de todo o processo de avaliação das flutuações das condições de mercado e por monitorar o equilíbrio entre pagamentos (passivos) e recebimentos (ativos), através de critérios de cálculo e limites de exposição determinados pela matriz do Grupo, de forma a garantir a capacidade de pagamento da Instituição. Os critérios levam em consideração as diferentes moedas, índices e prazos de liquidação.

a.3) Risco operacional

A estrutura de risco operacional visa proporcionar, além da regularidade com requisitos legais, um alinhamento processual com as diretrizes de controles internos do Grupo. Essa estrutura coordena e auxilia a gestão das ações de análise, identificação e avaliação de controles e processos, planejando ações corretivas e/ou preventivas para mitigar os riscos.

Mais informações sobre a gestão de riscos podem ser obtidas em nosso site, no link: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

a.4) Risco socioambiental

A estrutura de gerenciamento do risco socioambiental tem como objetivo elencar as diretrizes que norteiam as ações que devem ser observadas na comercialização dos produtos e serviços do Banco Volvo, bem como na contratação com fornecedores.

b) Estrutura de gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital tem como objetivo garantir que o Banco mantenha níveis adequados de capital para suportar suas operações. A estrutura implementada inclui política, monitoramento periódico da adequação de capital, plano de capital e testes de estresse.

O modelo estabelecido para o funcionamento da estrutura de Gerenciamento de Capital está disponível no endereço: <http://www.vfsc.com.br/pt-br/compliance.html>

23. PLANO DE SUPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA

a) Fundo de pensão

A suplementação da aposentadoria dos funcionários está a cargo da Vikingprev - Sociedade de Previdência Privada ("Vikingprev"), uma entidade fechada de previdência complementar, estabelecida sob a forma de sociedade civil de caráter não econômico e sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, da qual o Banco Volvo, por ser um dos patrocinadores do Plano de Benefícios Previdenciários, é responsável pelo recolhimento das contribuições relativas aos seus empregados, conforme indicadas no plano de custeio anual aprovado no âmbito do Conselho Deliberativo da Vikingprev. O Banco Volvo é patrocinador da Vikingprev em um único plano de benefícios de caráter previdenciário.

b) Planos de benefícios

O Banco Volvo possui um plano de aposentaria na modalidade de contribuição variável, ou seja, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício no momento da aposentadoria, ou seja, o valor do benefício depende do valor das contribuições realizadas e também da rentabilidade auferida durante o período de formação das reservas matemáticas. Porém a partir do momento da concessão da aposentadoria por renda mensal vitalícia, o valor do benefício é fixo e passa a ser garantido pelo plano. Durante o exercício, O Banco Volvo contribuiu com R\$881 (2019 - R\$756), referentes a contribuição normal e custeio administrativo.

c) Passivo atuarial

A conciliação dos ativos e passivos reconhecidos em 31 de dezembro está demonstrada a seguir:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Valor presente das obrigações atuariais	(115.221)	(110.063)
Valor justo dos ativos	<u>148.177</u>	<u>150.609</u>
Situação financeira do plano	<u><u>32.956</u></u>	<u><u>40.546</u></u>

Os ganhos identificados estão relacionados à rentabilidade dos ativos do plano - diferenças entre as premissas atuariais e o que ocorreu efetivamente, sendo assim considerados ganhos atuariais. Estes ganhos não são reconhecidos pelo Banco Volvo, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 33 - Benefícios a empregados.

d) Premissas atuariais

As principais premissas atuariais da Vikingprev Sociedade de Previdência Privada, no exercício findo em 31 de dezembro são as seguintes:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Hipóteses econômicas:		
Taxa de desconto	6,71% a.a. (nominal)	7,74% a.a. (nominal)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6,71% a.a. (nominal)	7,74% a.a. (nominal)
Crescimento dos benefícios da previdência social e dos limites	3,20% a.a. (nominal)	4,25% a.a. (nominal)
Inflação	3,20% a.a.(nominal)	4,25% a.a.(nominal)
Hipóteses demográficas:		
Tábua de mortalidade	AT-2000 Média suavizada em 30%	AT-2000 Média suavizada em 30%
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-2000 Média suavizada em 20%	AT-2000 Média suavizada em 20%

24. LIMITE OPERACIONAL (ACORDO DA BASILEIA)

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco Volvo encontrava-se enquadrado nos limites de capital estabelecidos pelos normativos em vigor.

A partir de 1º de outubro de 2013 a Resolução CMN nº 4.193/13 instituiu nova forma de apuração. O Índice de Basileia, em 31 de dezembro de 2020, foi apurado em 20,58% (2019 - 21,86%).

O Banco possui Patrimônio de Referência (PR) acima do mínimo exigido de 8% para o Patrimônio de Referência Exigido (PRE), composto pela exposição aos riscos de mercado, crédito e operacional, conforme Resoluções nº 3.444/07 e nº 3.490/07 do CMN e demais normativos complementares. Ainda, possui PR suficiente para suportar também a exposição referente ao risco de mercado das operações da carteira de não negociação, de acordo com a Circular nº 3.365/07 do BACEN e demais normativos pertinentes.

25. CONTINUIDADE OPERACIONAL

A Administração avaliou a capacidade de o Banco Volvo continuar operando normalmente e está convencida de que ele possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento sobre incerteza material que possa gerar dúvidas significativas a respeito de sua capacidade de continuar operando. Dessa forma, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

Embora o desaquecimento econômico decorrente da adoção de medidas de isolamento social para conter a pandemia da Covid-19 tenha atingido diversas empresas no Brasil e no mundo, o Banco Volvo possui capital e liquidez suficientes para suportar eventuais perdas projetadas para os negócios nesse período e nos que se seguem.

Apesar da gravidade e ineditismo da atual conjuntura na história recente, considerando a experiência do Banco Volvo no gerenciamento e monitoramento de riscos, do capital e da liquidez, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

26. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Majoração da alíquota de CSLL

Segundo MP nº 1.034, publicada em 01 de março de 2021, foi aprovada a majoração da alíquota de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a partir de 1 de julho de 2021, passando de 20% para 25%.

b) Alteração do Estatuto Social

Em 29 de Janeiro de 2021, foi promovida uma alteração estatutária, aumentando o dividendo mínimo obrigatório de 5% para 50%, com o objetivo de garantir a distribuição de Juros Sobre o Capital e por consequência, manter a carga tributária da instituição em níveis adequados.

DIRETORIA

Diretor-Presidente

Carlos Ribeiro

Diretor Financeiro

Edsel Guidi

Contador

Anderson Lodovico

CRC PR 045454/O